



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.801, DE 2020

Determina que as redes sociais insiram em suas plataformas alertas sobre o trabalho infantil e suas consequências.

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprima-se o art. 2º do Substitutivo apresentado pela relatora ao Projeto de Lei nº 4.801, de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

Entende a nobre Relatora que o projeto de lei apresenta proposta que produzirá o aumento de eficácia da política pública desenvolvida contra o trabalho infantil. Contudo, crê que o texto merece ser aprimorado em 2 pontos, quais sejam:

- (i) obrigando hotéis, bares e restaurantes a afixar, em local visível ao público, placa com advertência com os seguintes dizeres: "Não ao trabalho infantil: toda criança merece ter infância;
- (ii) alterando o Marco Civil da Internet - MCI, para que a mudança proposta pelo projeto de lei não se dê por meio de mais uma lei esparsa.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

Todavia, o entendimento sobre a necessidade de alteração do MCI para contemplar o envio de alertas sobre exploração de trabalho infantil pelos provedores de aplicação de internet aos usuários não merece prosperar.

São mais que louváveis as iniciativas para ampliar a repercussão de campanhas de conscientização para combater a exploração do trabalho infantil. Mas, deve-se compreender que **a veiculação obrigatória de campanhas informativas em redes sociais não garante um maior engajamento tampouco eficácia para evitar, diminuir ou extinguir esse sério problema que aflige tanto o Brasil quanto diferentes nações ao redor do mundo**. Panagiotopoulos, citado por SILVA (2015, p. 38-39), "adverte que, apesar de parecem promissoras as oportunidades de engajamento em ambiente online, este não pode ser assegurado com a simples adoção de diversas ferramentas sem que seus propósitos estejam adequados a seu público alvo" e complementa indicando que **"mesmo que a nova audiência, nas redes sociais online, seja mais receptiva e ansiosa por participar, se a abordagem continua sendo da mesma forma que a tradicional, proporcionando as mesmas experiências do "mundo real", esta audiência pode não se engajar"**¹. Harrison e Barthel, também citados por SILVA (2015, p. 39), por sua vez esclarecem que **"a mídia social requer que as formas e espaços tradicionais de engajamento sejam reestruturados, pois a maior capacidade dessas mídias se dá a partir de uma "audiência ativa", no qual o público-alvo gera espontaneamente novos conteúdos"**².

Outro ponto a ser avaliado frente à alteração do MCI sugerida pela Relatora é a **penetração da Internet no Brasil**. Garcia, Vivacqua e Tavares, também citados por SILVA (2015, p. 39), indicam que **"por**

1 SILVA, Camila Mariane Costa. Uso de mídia social governamental para promover engajamento entre cidadãos e governo federal; orientador, Edmir Parada Vasques Prado - São Paulo, 2015. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100131/tde-01052015-103725/publico/Dissert_CMCS_final.pdf>.

2 SILVA, Camila Mariane Costa. Uso de mídia social governamental para promover engajamento entre cidadãos e governo federal; orientador, Edmir Parada Vasques Prado - São Paulo, 2015. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100131/tde-01052015-103725/publico/Dissert_CMCS_final.pdf>.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

mais que a Internet proveja um ambiente propício à prática da participação em larga escala, seu acesso é restrito a uma parcela da população e isso deve ser considerado. Apesar da pesquisa **TIC Domicílios 2019**, publicada em 26 de maio de 2020, elaborada pelo Centro Regional de Estudos para Desenvolvimento da Sociedade da Informação, órgão ligado ao Comitê Gestor da Internet (CGI.br), **indicar que a conectividade no Brasil alcança 71% dos brasileiros no ano de 2019 -- um acréscimo de 5,2 milhões de domicílios em relação a 2018 --, ela também registra o papel persistente das desigualdades de renda e regionais no acesso à rede mundial de computadores em nosso país: entre os segmentos socioeconômicos, 13 milhões de domicílios das classes D e E não tinha acesso à Internet em 2019; com relação às diferenças regionais, enquanto 75% dos domicílios da região Sudeste têm acesso à Internet, esse número cai 10 pontos percentuais quando voltamos nossos olhos para a região Nordeste, com o menor índice de penetração da Internet, tendo 65% dos domicílios com acesso à rede mundial de computadores³.**

Por outro lado, **uma alternativa eficaz é o trabalho de educação e conscientização de crianças, adolescentes e adultos, em todos os níveis de ensino, em projetos capitaneados pelo Estado.** Esta alternativa, inclusive, vai de encontro à diretriz trazida pelo **art. 26 do MCI** que estabelece **"o cumprimento do dever constitucional do Estado na prestação da educação, em todos os níveis de ensino, inclui a capacitação, integrada a outras práticas educacionais da internet como ferramenta para o exercício da cidadania, a promoção da cultura e o desenvolvimento tecnológico."** Frente às considerações acima, verifica-se que a proposta de alterar o MCI não gerará a eficácia pretendida, visto que o desenvolvimento de ações contínuas de educação e conscientização de

3 Pesquisa TIC Domicílios 2019, Resumo Executivo. Disponível em https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123115919/resumo_executivo_tic_dom_2019.pdf.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

crianças, adolescentes e adultos, em todos os níveis de ensino, se apresenta como uma alternativa com maior alcance e impacto.

Por esta razão, propõe-se a presente emenda para alterar a ementa e o art. 2º do projeto de lei ora em discussão.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputada ADRIANA VENTURA
NOVO/SP

Apresentação: 19/05/2021 16:27 - CSSF
ESB 1 CSSF => SBT 1 CSSF => PL 4801/2020

ESB n.1

